

A DOMINAÇÃO MASCULINA COMO PRINCÍPIOS DE VISÃO E DIVISÃO DAS SEXUALIDADES: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE¹

Ms.Fabiana Aguiar de Castro Sena

Resumo

Buscamos abordar as representações sobre as sexualidades, em especial sobre a homossexualidade a partir dos princípios de visão e divisão do mundo social. Tivemos como referencial teórico e metodológico Pierre Bourdieu. Utilizamos as noções de *habitus*, violência simbólica e representação social para realizar uma reflexão sobre a dominação masculina a partir dos modos próprios da dominação. Na busca por essa finalidade, fizemos uso da reflexão sobre as categorias de entendimentos ou as formas de classificação com as quais construímos o mundo, em específico as formas de sexualidades não heterossexuais, como mecanismo estratégico de rompimento com as barreiras postas também a nós pelos princípios de visão da dominação masculina.

Palavras- chave: Representações sociais, Homossexualidade, Dominação masculina

Os debates em torno das nomenclaturas utilizadas para se designar as diferentes formas de exercício da sexualidade, como por exemplo, o homossexualismo, foi substituído por nomenclaturas como homossexualidade, homoerotismo e homoafetividade, esse debate se faz com a preocupação de examinar os categoremias do senso comum (fundamentados em ciência ou religiões) e colocá-los à crítica lógica. Não obstante, a noção de homossexualidade como sexualidade desviante, como degeneração, ou como doença passível de cura, ainda está representada em nossa prática cotidiana¹.

Para exemplificar esta representação da homossexualidade como degeneração, podemos citar os estudos sobre os cérebros de homossexuais femininos e masculinos e os estudos sobre odores realizados recentemente:

Um instituto na Suécia comprovou em estudo que o cérebro de um homem gay mais se parece com o de uma mulher do que com o de um homem heterossexual. O mesmo se aplica às lésbicas, cujos cérebros apresentam mais semelhanças com o de homens heterossexuais do que com o de mulheres. A pesquisa, publicada na edição desta semana da revista *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*,

¹ Este trabalho foi revisto após exposição na ANPED-SUL em 2010.

reforça a idéia de que a sexualidade não é uma opção, mas sim uma característica biológica. [...] o tamanho e a forma do cérebro variam de acordo com a orientação sexual. São necessárias pesquisas mais amplas com grupos de estudo maiores para buscar uma melhor compreensão da neurobiologia da homossexualidade (O GLOBO ON LINE, 2008, p.1)².

A confusão desse debate deriva, em parte,

[...] da preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e substituir os princípios práticos do juízo cotidiano por critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência. Isso acaba fazendo esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais (BOURDIEU, 1996, p. 107, grifo nosso).

A partir do século XVI no Ocidente, a sexualidade e o sexo passaram a ser discursados e incitados a confissão, e sua manifestação cerceada pelas instituições: Igreja, Família, Estado e pela Ciência através da medicina, da psiquiatria, do direito e da psicologia.

Neste aspecto, a sexologia, a psiquiatria, a psicologia, o cristianismo definiram a homossexualidade como patologia, um desvio de conduta sexual, uma perversão. Apenas recentemente em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), e a quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM-IV), excluíram a homossexualidade de suas classificações como doença.

Estas visões foram historicamente construídas pela ciência médica com base em processos patológicos que, levaram não só a ciência, mas também, a religião a intervirem na vida sexual e na sexualidade dos agentes. A busca incessante foi, e é, tanto para a prevenção, quanto para a cura da homossexualidade. Temos então, na busca por categorias sexuais, um efeito social de legitimação da heterossexualidade como sexualidade hegemônica, isto é, de dispositivos pelo qual a heterossexualidade é concebida como única forma de sexualidade legítima e natural, este processo chamamos de: heteronormatividade³. E, conjuntamente com a heteronormatividade, temos a heterossexualidade compulsória, ou seja, a busca compulsória pela heterossexualidade como paradigma para as identidades sexuais e de gênero. “[...] As representações práticas mais expostas à crítica científica [...] podem *contribuir para produzir* o que aparentemente elas descrevem ou designam, ou seja, a *realidade objetiva* à qual a crítica objetivista refere

tais representações para melhor evidenciar as ilusões ou as incoerências” (BOURDIEU, 1996, p. 107, grifo do autor).

Entretanto, na procura por critérios “objetivos” da identidade homossexual, não devemos nos esquecer de que, na prática social, tais critérios, por exemplo, os padrões de masculinidade e feminilidade, formam o objeto de representações mentais e de representações objetais. Por representações mentais consideramos: “[...] atos de percepção e de apreciação de conhecimento e reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos [...]” ou, também “[...] atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem constituir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores” (BOURDIEU, 1996, p. 107-108). Assim, os critérios incluídos pelos pesquisadores objetivistas, são logo, percebidos e acabam por funcionar como símbolos, signos, emblemas, estigmas, e também, como poderes. Não existindo desta forma, nenhum agente social capaz de ignorá-lo na sua prática. Ainda que as propriedades (objetivamente) simbólicas sejam negativas, elas “[...] podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador” (BOURDIEU, 1996, p. 108).

Compreendemos esta maneira particular de luta entre classificações que, vem a ser a luta pela definição das orientações sexuais e a caracterização de uma identidade homossexual, sob a condição de que se supere a oposição, entre realidade e representação, com que a ciência realiza inicialmente suas inferências para romper com as pré-impressões e pré-noções do espontaneísmo e sob o caráter de unir no real a representação do real, ou ainda, as lutas entre as representações, seja no sentido de imagens mentais, ou no sentido de manifestações sociais dedicado a manipular as imagens mentais.

As lutas em torno da identidade sexual, ou da identidade homossexual, em relação aos estigmas e emblemas ligados a sexualidade normativa, ou seja, aquela fundamentada na heterossexualidade compulsória e na heteronormatividade, e os demais aspectos correlatos, como por exemplo, os papéis sexuais e dos gêneros, formam um caso particular das lutas entre as classificações, como pode ser verificado com os agentes que se reconhecem como transexuais, ou transgêneros ou travestis. Essas

[...] lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e de desfazer os grupos*. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1996, p. 108, grifo do autor).

Atualmente, dificilmente se sustentaria a existência de critérios capazes de constituir classificações “naturais” em identidades fixas, unitárias, separadas por fronteiras biológicas que formam o corpo. O corpo biológico nada mais é do que produto de uma divisão classificatória entre machos e fêmeas à qual se atribuíram um papel e um conjunto de ações, atitudes, gostos – um *habitus*, próprio para cada categoria envolvida nessa divisão, ou seja, um conjunto de comportamentos que representa o masculino e outro conjunto para representar o feminino.

Aos agentes é atribuído maior ou menor grau de intensidade, conforme suas semelhanças com esses padrões envolvidos na formação do seu *habitus*. Esses padrões pré-estabelecidos socialmente são também responsáveis pela disseminação de violência simbólica contra aqueles que não correspondem ou fogem em alguns momentos, a esses padrões.

Portanto, quando falamos de sexualidades e suas identidades, não podemos tratá-la pelo recorte da taxinomia macho/ fêmea, ou puramente pelo aspecto do corpo biológico, pois incorremos a não entender a complexidade que envolve os agentes transgêneros, transexuais e travestis, ou até mesmo os homossexuais e bissexuais. “[...] Neste caso, a “realidade” é social de alto a baixo, e mesmo as classificações mais “naturais” apoiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (BOURDIEU, 1996, p. 110).

O corpo, este produto de relações sociais, tanto produz a diferença cultural quanto por ela é produzido. Nele estão inscritas as relações de poder e o próprio efeito da dominação existente na sociedade; como substrato do *habitus* ele é reproduzidor das condições sociais que o formou. Ele é expressão das relações de poder que o constitui. “A diferença cultural é, sem dúvida, o produto de uma dialética histórica da diferenciação cumulativa”. O que faz o corpo, não é sua constituição biológica apenas, mas o tempo, a história. Tudo não

passa de heranças, isto é, “[...] de produtos históricos de determinantes sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 110).

Os discursos identitários são discursos performativos, que visam impor como legítima uma nova definição de corpo e sexualidade, e fazer conhecer e reconhecer as sexualidades “desviantes”, não normativas, contra a definição dominante e “[...] desconhecida (portanto, reconhecida e legítima) que a ignora. O ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce por si só um poder [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 110).

Do mesmo modo que as categorias étnicas, as categorias de sexualidade, estabelecem uma realidade utilizando-se do poder de “[...] *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*” (BOURDIEU, 1996, p. 110, grifo do autor). O fato de a homossexualidade ser chamada assim, não é nenhuma ficção sem efeito. É pretendido fazer existi-la como “região”, para que ela possa estar submetida a todas as implicações historicamente construídas que acarretam esta noção num dado momento.

O ato social que tenta dar vida à coisa nomeada será bem sucedido quando aquele que o diz tiver a capacidade de fazer reconhecer por sua palavra o poder que ela evoca e garantir por usurpação definitiva ou provisória, o poder de estabelecer uma nova visão e divisão do mundo social.

Não obstante, o resultado do conhecimento exercido pelo fato da objetivação no discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que detém; mas depende também do nível com que o discurso que anuncia a identidade, está constituído na objetividade do grupo a qual se refere, isto é, tanto na legitimação e crença que proporcionam ao grupo representado como nas condições econômicas e culturais que são partilhados por eles, contudo, essa relação somente pode ser verificada em função de um princípio definido de pertinência.

A visibilidade e o poder que se pretende dar ao movimento LGBTTTT são ao mesmo tempo, “[...] um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 111), ou seja, o grupo deslegitimado faz uso de categorizações elaboradas pelo grupo dotado de poder e possuidor da hegemonia para lutar por seu reconhecimento e legitimidade. Assim, o grupo legítimo impõe sua visão unitária de identidade e uma visão idêntica a sua, para as categorias de percepção e apreciação do mundo social a todos os outros grupos.

A luta pela identidade reside prioritariamente na busca pelo reconhecimento dos outros, seu motor é a imposição de categorias de percepção e estas explicam o lugar propositivo utilizado pela dialética da manifestação em todos os movimentos: o poder naturalizante e naturalizador das palavras reside na objetivação e na oficialização pública, cujo efeito principal é o de retirar a particularidade do impensável e ou até mesmo do impensado. Isto é, exatamente o que ocorre quando a sexualidade inominável se afirma como sexualidade possível e se mostra publicamente.

[...] A oficialização encontra sua plena realização na manifestação, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto (BOURDIEU, 1996, p. 112, grifo nosso).

As representações sociais se constituem nessa relação entre as representações mentais, as representações objetais e a estrutura, ou seja, em uma relação dialética entre as estruturas objetivas construídas pelos agentes pesquisadores no momento objetivista e nas representações subjetivas dos agentes, pois, estas nos explicam as lutas cotidianas, que conservam ou transformam a estrutura, evidenciando “[...] o real, não as substâncias, mas as relações” (BOURDIEU, 1990, p. 152).

De fato, não é necessário optar entre a arbitrariedade objetivista, que mensura as representações pela realidade, ou pela passagem “[...] da representação da realidade à realidade da representação [...]” como no engajamento subjetivista que ao privilegiar a representação, “[...] ratifica no terreno da ciência o que há de falso na escrita sociológica [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 112). Essa luta permanente para se definir a realidade, divide e impede a ciência da apreensão da lógica específica do mundo social.

Todavia, não podemos esquecer que as representações podem “[...] inclusive fazer acontecer na realidade, pela eficácia própria da evocação, o que elas representam [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 112). E, para fugirmos a essa dicotomia que decompõe a ciência, devemos tomar a realidade como objeto, ou melhor, levar em conta, na ciência do objeto, os dois momentos que fundam os objetivos da ciência e que a divide, o objetivismo e o subjetivismo.

Designar representações como “[...] enunciados performativos que pretendem fazer acontecer o que eles enunciam, ou então, restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com essas estruturas [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 112), a começar pela intenção de modificá-las.

A apreensão do que é instituído dado às condições de luta para sua existência ou inexistência, em período histórico determinado, e ao mesmo tempo das representações, é o instrumento de compreensão e previsão mais preciso para dar conta das potencialidades contidas na realidade e as possibilidades objetivas que ela oferta “[...] às diferentes pretensões subjetivas” (BOURDIEU, 1996, p. 112).

O discurso científico, que corrobora as taxinomias e suas lutas, tanto pode colaborar para a criticidade ou ser cúmplice delas, de acordo, com a relação que ele mantém com o leitor e, este com a realidade descrita. Sendo assim, aqueles que utilizam a “lógica” do discurso taxinômico para alicerçar sua luta pode estar fadado a ser cúmplice ou crítico, das relações de poder estabelecidas. Deste modo, o mostrar pode tanto funcionar como uma maneira de apontar, acusar, ou de se fazer valer e ver. Isto vale tanto para a classificação em sexualidades, como para as classificações em etnias, em classes ou em regiões.

Daí, a importância de evidenciar por completo a relação entre as lutas pelo princípio de divisão legítima que é produzido no campo científico, que por sua lógica designam um lugar preponderante aos intelectuais.

“Qualquer tomada de posição com aspiração à “objetividade” quer sobre a existência atual e potencial, real ou previsível [...]”, de uma orientação sexual, de uma etnia, de uma classe ou de uma região, “[...] quer sobre a própria pretensão à *instituição* que se afirma nas representações “militantes”, acaba constituindo um atestado de *realismo* ou um veredicto de *utopismo* que contribui para determinar as possibilidades objetivas [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 113, grifo do autor) de que dispõe o Movimento LGBTTTT para ascender à existência.

Os juízos mais “neutros” da ciência oferecem subsídios para modificar o objeto da ciência: tão logo a questão LGBTTTT se coloca na realidade social, ainda que seja por toda ação de uma minoria atuante “[...] que pode tirar partido de sua própria fraqueza ao jogar com a estratégia propriamente simbólica da *provocação* ou do *testemunho* para conseguir arrancar réplicas, simbólicas ou não, que impliquem um reconhecimento [...]”

(BOURDIEU, 1996, p. 113, grifo do autor), como ocorreu com a apropriação dos termos *Gay* e *Queer* pelo Movimento LGBTTTT.

Em suma, qualquer discurso sobre as sexualidades não normativas funciona como um argumento que contribui para favorecer ou desfavorecer o acesso da mesma ao reconhecimento, e por este caminho, a existência.

O processo de construção social dos corpos por princípios de divisão e visão do mundo social

Ao constituir nosso objeto de investigação, não podemos deixar de lado, que estamos incluídos nele, como mulher ou homem, portanto, “[...] incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreensão, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2003, p. 13). Assim, expomo-nos, a pensar a dominação masculina a partir de modos próprios da dominação. Para sair deste círculo, foi preciso encontrar uma estratégia prática para objetivar o agente da objetivação científica.

A estratégia adotada aqui para obter uma forma de raciocínio que não recorra ao pensamento da dominação “[...] consiste em transformar um exercício de reflexão transcendental visando a explorar “categorias do entendimento” ou, [...] “as formas de classificação” com as quais construímos o mundo [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 13), essas categorias ou classificações como originárias deste mundo, estão de acordo com ele, mesmo que estejam despercebidas.

Deste modo, se, nós pensarmos a partir de categorias sexuais em si, ficamos condenados a equivocarmo-nos, portanto, uma reflexão de significação mais profunda é necessária para que não recorramos aos esquemas mentais da dominação. Para isto, procuramos realizar uma análise dos corpos e da sexualidade a partir de princípios de divisão e visão que são construídas pelo mundo social.

Quando focamos a constituição da sexualidade na sua realização pelo erotismo perdemos o senso da “[...] cosmologia sexualizada, que se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação social [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 16).

A divisão das coisas, das atividades e da sexualidade segundo a oposição entre o masculino e o feminino é arbitrária e “[...] recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 16), ou

seja, heterossexual/homossexual, racional/sensível, denso/leve, forte/fraco, resistente/frágil, dominante/ dominado, ativo/passivo, entre outras. Tais oposições se sustentam mutuamente, e esses esquemas de pensamento, de uso universal,

[...] registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos (BOURDIEU, 2003, p. 16).

Portanto, não acreditamos como poderia manifestar na consciência a relação social de dominação “[...] que está em sua base e que, por uma inversão completa de causas e efeitos, surge como uma aplicação [...], de um sistema de relações de sentido totalmente independente das relações de força” (BOURDIEU, 2003, p. 16-17).

A lei do corpo social convertida em lei do corpo, não se cancela por um simples esforço de vontade, baseado na tomada de consciência. Não é essa consciência que libertará o agente das disposições adquiridas e incorporadas. “É inteiramente ilusório achar que a violência simbólica possa ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade [...]” (BOURDIEU, 2001, p.218).

Não falamos aqui em ideologia, pois acreditamos que o seu emprego polissêmico resultou e resulta em equívocos, assim, quando evocamos a ordem das ideias, “[...] esse termo tende a cancelar um dos mais potentes mecanismos de manutenção da ordem simbólica, qual seja a *dupla naturalização* que resulta da inscrição do social nas coisas e nos corpos [...]” (BOURDIEU, 2001, p.220, grifo do autor). Isto ocorre tanto com os dominados, como com os dominantes em relação a qualquer fator discriminante (etnia, sexo, classe social etc.).

O sistema de representações desempenha aqui um papel semelhante ao campo jurídico, ao propor os seus princípios de visão e divisão objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, consagrando a ordem estabelecida e “[...] trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial” (BOURDIEU, 2003, p.17).

A divisão entre os sexos está em estado objetivado nas coisas (por exemplo, na casa todas as partes são sexuadas) em todo o mundo social, e em estado incorporado nos corpos

e nos *habitus* dos agentes, regulando-os, funcionando como sistema de esquemas de percepção, de gosto, de pensamento e de ação.

É a harmonia com as estruturas cognitivas e as estruturas objetivas que torna possível fazer referência as atitudes naturais, a experiência dóxica, isto é, de um mundo sem surpresas, onde tudo é percebido como natural e evidente (BOURDIEU, 1991), porém sem se esquecer de lembrar suas condições sociais e de sua possibilidade. O mundo social e suas arbitrárias divisões são apreendidos por essa experiência, a começar pela socialmente construída divisões entre os sexos, como naturais, adquirindo assim, todo um reconhecimento de legitimação.

É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, e, por tal, a experiência dóxica do mundo social (por exemplo, em nossas sociedades, a lógica reprodutora do sistema educacional), que pensadores de linhas filosóficas muito diferentes podem imputar todos os efeitos simbólicos de legitimação [...] a fatores que decorrem da ordem da *representação* mais ou menos consciente e intencional (“ideologia”, “discurso” etc.) (BOURDIEU, 2003, p. 17-18, grifo do autor).

A ordem masculina mostra-se possuidora de sua força ao dispensar justificativa, isto é, como algo neutro, não marcado, diferentemente do feminino que é claramente caracterizado, como o “outro”, o “segundo sexo”. Assim, o masculino impõe-se, e não possui a necessidade de declarar-se, enunciar-se em discursos para legitimar-se, pois já é possuidor da legitimidade por excelência. Deste modo, “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça [...]” (BOURDIEU, 2003, p.18).

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as categorias do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos [...] (BOURDIEU, 2003, p. 18-20, grifo do autor).

Em consonância a esse princípio de visão mítica do mundo social há resignação desses princípios, fundamentada em uma relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. A diferença biológica e anatômica dos órgãos sexuais do corpo masculino e do corpo feminino apresenta-se como justificativa natural para a diferença socialmente construída entre os gêneros.

O corpo está submetido a uma construção social, porém não é nem totalmente determinado em sua significação, sobretudo sexual, por esta e nem completamente indeterminado por ela, pois o simbolismo a que lhe é atribuído é, “[...] ao mesmo tempo convencional e “motivado”, e assim percebido como quase natural [...]” (BOURDIEU, 2003, p.20).

É o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica, porém é esta diferença que se torna o alicerce da aparência natural da visão social que a embasa. Desta maneira, entramos em uma relação circular que finaliza [...] o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob a forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob a forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 2003, p.20).

Os agentes homossexuais, bissexuais, transexuais ou transgêneros utilizam-se dos mesmos esquemas de pensamentos e percepções que são produto da dominação, isso implica que seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de acordo com as mesmas estruturas da relação de dominação que lhes são impostas, “[...] seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão” (BOURDIEU, 2003, p.22, grifos do autor).

Embora os princípios de visão e de divisão que são aplicados ao mundo social seja correspondência entre as realidades, existe sempre espaço para a “[...] *luta cognitiva* a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais” (BOURDIEU, 2003, p.22, grifo do autor).

É por isso, que tanto o movimento LGBTTTT por meio de seus representantes, como aqueles que não militam dentro de alguma organização, podem se alicerçar nos esquemas de percepção dominante, que os levam para uma representação negativa das orientações sexuais não normativas, e ao próprio pensamento dos atributos sexuais e sociais masculinos, como possibilidade de resistência contra os efeitos da violência simbólica, em parte pelas interpretações antagônicas que derivam da indeterminação parcial de certos objetos.

O obscurecimento de certas semelhanças, ou a acentuação de certas diferenças, são produtos de uma construção realizada à custa de uma cadeia de escolhas orientadas para a definição dos órgãos sexuais e das condições sociais entre os gêneros a partir de

propriedades naturais, expostas diretamente à percepção. “[...] As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculinos e femininos são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais [...]” (BOURDIEU, 2003, p.24) atribuídos aos gêneros. Desta forma, é no corpo da mulher que se busca a justificativa para o estatuto social a que lhe é imposto, para tal, são utilizadas oposições tradicionais entre sensibilidade e razão; passividade e atividade; interior e exterior, e a partir destas podemos utilizá-las para fazer uma leitura sobre as orientações sexuais consideradas não normativas.

Os esquemas que estruturam a percepção sobre os órgãos sexuais e a própria atividade sexual, são aplicados ao corpo, às identidades de gênero e sexuais, a própria constituição dos *habitus*, e também ao limite simbólico (pelo menos para as mulheres e aos grupos não heteronormativos).

Partimos da premissa que os agentes presumidos homossexuais ou homossexuais são vítimas de violência simbólica, violência física e de preconceito por corresponderem aos paradigmas contrários à dominação masculina, ou seja, os esquemas que estruturam nossa percepção sobre as identidades de gênero estão pautados em um ideário masculino e, portanto tudo o que é diverso a este modelo é visto como “inimigo”. O que queremos dizer com isto? Queremos apontar para a dominação masculina como fator preponderante para todos os tipos de violência existente contra os agentes homossexuais ou para com aqueles que são presumidos como homossexuais (vítimas de estereotipia), pois, estes correspondem ao outro gênero, ou seja, ao feminino. E, por estes também serem representados como uma “outra versão” do feminino.

O corpo tem sua frente, lugar da diferença sexual, e suas costas, sexualmente indiferenciadas e potencialmente femininas, ou seja, algo passivo, submisso, como nos fazem lembrar, pelo gesto ou pela palavra, os insultos mediterrâneos contra os homossexuais (sobretudo o “brás d’honneur” – “dar uma banana”); tem suas partes públicas, face, frente, olhos, bigode, boca, órgãos nobres da apresentação, nos quais se condensa a identidade social, o ponto de honra manda dissimular.

O vínculo entre *falo* e *logos* é estabelecido através da divisão sexual e dos usos legítimos do corpo. Quando fazemos a seguinte correspondência: homossexuais e espaço público, percebemos que, esse espaço não lhes pertence, como pode ser verificado em

vários acontecimentos de expulsão, repúdio e discriminação a casais homoeróticos por demonstrarem afeto em público.

Em suma, buscamos analisar a construção das representações sociais a partir de princípios de visão e divisão do mundo social fundamentada nos princípios da razão androcêntrica.

Referências

BOURDIEU. Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU. Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU. Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU. Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

¹Para outras informações sobre estes estudos acessar e consultar: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u412915.shtml>

²http://oglobo.globo.com/ciencia/mat/2008/06/16/cerebro_de_homens_gays_igual_ao_das_mulheres_heterossexuais_diz_estudo_sueco-546826175.asp

³ A heteronormatividade se baseia na crença da divisão binária dos sexos, daí surgem os sexos opostos, que correspondem aos gêneros distintos, também divididos de maneira binária. A seqüência sexo-gênero-sexualidade é uma seqüência heteronormativa, pois relaciona a construção das identidades, dos corpos e dos agentes, com a heterossexualidade (JUNQUEIRA, 2009).